

O contexto económico, social e tecnológico que deu origem à mudança pode ser descrito em breves linhas convergentes: a economia da colaboração que resulta de mudanças nas estruturas profundas da empresa e da lógica de economia global; a chegada à idade adulta de uma nova geração de utilizadores da Web; a ascensão da Internet de segunda geração. As plataformas de participação permitem delinear um novo ecossistema de negócio que se caracteriza por novos modos de produção e distribuição e que tem como suportes de base a mudança social e tecnológica. Tapscott e Williams remetem, assim, para um modelo amplamente conhecido: ‘a Wikipedia é um exemplo de produção com os pares, uma nova forma de produzir bens e serviços que usa o poder da colaboração em massa’ (p.75).

Ao invés de apresentarem uma distribuição geográfica na utilização da tecnologia, os autores de *Wikinomics* apresentam uma divisória demográfica que consideram a linha-mestre da mudança: crescer a colaborar nos novos espaços partilhados, fazendo uma utilização social da técnica.

Na perspectiva de Tapscott e Williams, a denominada ‘geração net’ encerra em si o poder dos ‘prosumidores’ – o consumidor que é simultaneamente produtor. Esta é apenas uma das faces da Wikinomia que os autores defendem já tem lugar em várias organizações mundiais. O trabalho com os pares, como em Linux (sistema operativo de código aberto); as ‘idéagoras’ em comunidades, como InnoCentive, que promovem a disponibilização de ideias para benefício de organizações que necessitem; plataformas de participação, como a promovida para discussão pela BBC; e a utilização de ferramentas sociais no contexto do trabalho, como SocialText, são apenas alguns dos exemplos descritos ao longo de dez capítulos. O 11º e último, intitulado ‘Manual da Wikinomia’, explora a ideia proposta

pelos autores e tem apenas duas linhas (p.312): ‘juntem-se a nós na elaboração do guia definitivo de estratégia para o século XXI em [www.wikinomics.com](http://www.wikinomics.com)’.

**Inês Amaral**

*Instituto Superior Miguel Torga*

**Jonathan Parker e Gerda Bradley. 2007. *Social Work Practice: Assessment, Planning, Intervention and Review*. Londres: Learning Matters. 153 pp. ISBN: 978-1844451135**

O livro inicia-se com a seguinte afirmação: ‘This book is written for student social workers [...] to develop their skills and understanding of the knowledge and value requirements for practice’. Podemos entender, desta forma, que estamos diante de uma obra que pretende não só sistematizar, analiticamente, os procedimentos técnicos utilizados pelos assistentes sociais no processo de intervenção, assim como contribuir para a compreensão e o fomento desta discussão metodológica.

Evidentemente que não podemos esquecer que este é um livro de origem anglo-saxónica próxima ao nível do desenvolvimento profissional do serviço social, dos autores norte-americanos. Chamo, por isso, a atenção que, nos últimos três anos na colectânea Palgrave, os autores Robert Adams, Malcon Payne e Lena Dominelli já lançaram quatro livros sobre a prática profissional do serviço social. Este curto parêntesis pretende ilustrar a tese (que partilho) que as questões relacionadas com a prática profissional do serviço social, nomeadamente as que se relacionam quer com a racionalidade a esta subjacente, quer com métodos e procedimentos de acção específicos possuem, actualmente, um foco de grande investimento profissional e científico do serviço social, nos Estados Unidos e no Norte da Europa.

Outras questões, certamente, se colocam no Sul da Europa ou mesmo nos países sul-americanos. Deixo, por isso, o desafio, para uma investigação científica ao nível do serviço social baseada no pensamento existente na dicotomia Norte-Sul.

Jonathan Parker e Gerda Bradley apresentam, neste livro, um método integrado e circular de intervenção social com as seguintes fases: Avaliação e Diagnóstico; Planeamento; Desenvolvimento e Revisão. Qualquer uma destas fases e os conteúdos conceptuais nelas emergentes possuem a ilustração de um ou mais casos práticos, possibilitando ao leitor uma perfeita visibilidade da acção, sendo o leitor convidado, posteriormente, a reflectir sobre o mesmo com o auxílio de exercícios de análise crítica bastante interessantes não só para nós, docentes (que os podemos partilhar com os nossos alunos), mas sobretudo para uma efectiva supervisão da prática profissional que, infelizmente, teima em não existir em Portugal.

De acordo com os autores, no início deste século a formação em serviço so-

cial tem sofrido grandes transformações, no sentido da garantia da qualidade em termos de competências, conhecimento e valores que sejam, igualmente, consensuais e partilhados pela classe profissional dos assistentes sociais que intervêm em situações humanas complexas. Esta preocupação é visível na definição internacional do profissional de serviço social proposta pela Associação Internacional de Escolas de Serviço Social e pela Federação Internacional de Serviço Social. Para tal, é necessário, e de acordo com os autores, que os assistentes sociais detenham não só competências profissionais – como, por exemplo: gestão das actividades de solução dos problemas; capacidade de reunião, investigação e análise da informação pertinente; capacidade de reflexividade e de síntese e ainda capacidade de intervenção e avaliação – mas também competências pessoais previstas na National Occupational Standards (NOS), nomeadamente, capacidade de relacionamento interpessoal e avaliação das suas necessidades; capacidade de planejar, desenvolver, rever e avaliar o trabalho

Quadro 1 – Tipos de Avaliação de risco de Coulshead e Orme (2006)  
Tipos de avaliação do risco

	Preventivo	Investigatório	Contínuo
Estádio do processo	Anterior à intervenção	Inicia-se no primeiro contacto, Avaliação do estádio	Envolvimento Contínuo
Questões- Chave	Já alguma coisa foi feita?	O que se passa?	O risco foi reduzido?
Comentário	Repousa na pesquisa dos factos o que muitas vezes pode ser equívoca	Procedimentos, 'guidelines' de intervenção e testes podem ser demasiados prescritivos	Avaliação se o risco de intervenção é favorável ao risco da não intervenção

desenvolvido; capacidade de gestão do risco; responsabilidade com supervisão e suporte para a sua prática; e demonstração da sua competência profissional na prática do serviço social.

Face a este conjunto de expectativas e desafios criados em torno do profissional de serviço social, o livro oferece uma forma de discutir e promover o desenvolvimento de competências citadas, através da utilização de modelos correntes para a prática profissional que se apresentam, não de uma forma estanque, mas transferíveis em diferentes circunstâncias sociais.

Desta forma, o primeiro capítulo do livro é dedicado, essencialmente à avaliação e aos diferentes tipos de avaliação que podem ocorrer em serviço social. Na pletera de estratégias de avaliação de caso que os autores apresentam, destaco o Modelo de Coulshed e Orme (2006), cuja finalidade é a avaliação do tipo de risco social. Este modelo é visível no Quadro 1 (traduzido de forma livre).

Neste contexto, os autores defendem que uma visão rígida e pouco participada pelo interlocutor em termos da sua noção de risco pessoal e familiar não dá lugar a escolhas e, por conseguinte, a não incorporação da autonomia por parte do cidadão. A avaliação do risco é sempre incerta e a sua rigidificação não poderá permitir um quadro ou uma base de trabalho honesta que potencialize uma mudança real. Os autores são fecundos em providenciar excelentes modelos e instrumentos de trabalho de avaliação para a qualificação da prática profissional. Assim, no segundo capítulo do livro, intitulado (em tradução livre) 'Instrumentos e Diagramas no Apoio à Avaliação', encontramos uma série de estratégias operacionais, desde as análises swot de intervenção; genogramas; ecomapas; culturagramas; quadros de flutuação de risco; mapas de vida, entre outros, que permitem uma visão múltipla dos problemas complexos. Por outro lado, todos estes instrumentos são

compostos por um elemento-chave na intervenção social: exigem a participação do interlocutor. Isto é, nenhum dos instrumentos pode ser elaborado isoladamente pelo assistente social fechado no seu gabinete. A informação é interactiva. Os instrumentos são interactivos e mutáveis, de acordo com a natural mutabilidade das condições de vida dos cidadãos. Este apelo à participação e o total reconhecimento no seu valor e discernimento, quanto ao significado dos seus problemas, é, na minha leitura, fundamental.

O terceiro e quarto capítulos são dedicados ao desenvolvimento da intervenção social propriamente dita. Continuamos com um registo de apoio ao trabalho do profissional, quer no que respeita à demonstração e discussão de um conjunto de instrumentos que podem ser utilizados para uniformizar a acção, quer na reflexão analítica dos elementos que constituem a prática profissional do assistente social, não descurando os aspectos de trabalho assalariado subordinado a lógicas burocráticas, administrativas e políticas. Considero particularmente eficaz a forma clara e concisa como os autores elaboram uma pequena reflexão das diferentes práticas e modos de conhecimento em serviço social e que passo a enunciar: (i) o conhecimento factual (actualmente fala-se bastante do 'evidence base model'), referindo a informação normalizada e precisa, em termos de dados concretos, nomeadamente, estatísticas, recolha de dados e investigações factuais. Neste aspecto e na senda de Karl Popper, os autores chamam a atenção para a necessidade de averiguar a veracidade dos factos utilizados no processo de intervenção social e (ii) o conhecimento prático que recai no uso do 'self' e a importância de uma perspectiva crítica na utilização do conhecimento, estratégias e acções.

Destas duas formas de conhecimento, sinteticamente apresentadas, Jonathan Parker utilizando as palavras de Trotter (1999), evidencia os seguintes modelos

de intervenção em serviço social: (i) Modelo ecológico-sistémico que enfatiza a interdependência entre os sujeitos e os seus contextos. (ii) Modelo cognitivo-comportamental, importado da psicologia e reflectindo a influência do comportamento e dos outros no sujeito, bem como a sua percepção face ao mesmo. (iii) Modelo de caso radical, sistematizando a importância dos factores estruturais na condição do sujeito. (iv) O modelo centrado nas tarefas, focalizando a intervenção ao nível da solução dos problemas. Por último, (vi) a abordagem centrada na solução que recai nos elementos fortes e construtivos do cliente e na sua capacidade de superação dos problemas, mais do que nos eixos problemáticos.

O último capítulo, designado (em tradução livre) Revisão e Avaliação da Prática, é pletórico na ilustração de casos práticos e no acompanhamento sequencial de todos os modelos e modos de intervenção descritos nos capítulos anteriores do livro. No entanto, falha, em parte, pela fraca dimensão analítica. Isto é, os autores não apresentam um quadro conceptual e explicativo das teses que defendem anteriormente, pelo que o leitor se depara, agora, com um manancial de estratégias de acção, instrumentos e racionalidades de intervenção prática de serviço social, sem que os mesmos tenham sido alvo de uma análise reflexiva pelos autores. Assim, Jonathan Parker e Gerda Bradley limitam-se a demonstrar como fazer mas não explicam o porquê de o fazer. Foi uma escolha, a meu ver, muito reducionista. Aqui, reside a minha maior decepção. O livro é essencial para uma profissão que se encontra em grande desenvolvimento, contribuindo com um conjunto de técnicas, estratégias, modelos e instrumentos de acção – contribuindo para o permanente diálogo da especificidade metodológica da profissão de Serviço Social – mas termina sem um desfecho demonstrativo da sua validade.

Aconselho, mesmo assim, o livro aos

docentes, mas sobretudo aos assistentes sociais que se encontram no terreno, podendo encontrar alternativas eficazes de acção e a possibilidade da modernização do serviço social em Portugal, através da utilização de outras lógicas de acção e de recolha de informação e de intervenção social capazes de provocar rupturas e promover a participação social, necessidades urgentes para o serviço social português.

**Clara Cruz Santos**

*Instituto Superior Miguel Torga*

**Gautier Pirotte. 2007. *La Notion de Société Civile*. Paris, Éditions La Collection REPÈRES – Sciences Politiques / Droit. 122pp. ISBN : 978-2-7071-4694-6.**

A obra que Gautier Pirotte nos presenteia é dividida em duas partes e seis capítulos. O livro é suplementado por mais treze textos autónomos de diversos autores. A primeira parte trata da evolução da noção de sociedade civil, com três capítulos (Comunidade Política e Civilização; Considerações Modernas; Movimento Social e Terceiro Sector). A segunda parte do livro explora as utilizações sociais e as políticas contemporâneas, sendo constituída por outros três capítulos (Cidadãos, Democracia Participativa e Espaços Públicos; Sociedade Civil nas Políticas de Desenvolvimento; Em Direcção a uma Sociedade Civil Global?).

Pirotte inicia a exploração da temática, expondo as diferentes concepções que os vários responsáveis de organizações existentes na própria sociedade civil têm da noção de sociedade civil. O certo é que depois da Guerra Fria, a noção de sociedade civil (ainda que, nem sempre, com um significado muito preciso) impôs-se tanto na linguagem mais comum, como no discurso dos estudiosos, tanto